
**Mudanças produtivas e trabalho:
novos olhares da sociologia**

Leda Gitahy
Marcia de Paula Leite

Este livro é uma coletânea de artigos apresentados na primeira sessão dos Seminários Temáticos Interdisciplinares Os Estudos do Trabalho: Novas Problemáticas, Novas Metodologias e Novas Áreas de Pesquisa (1999-2000), ocorrida em 28 de maio de 1999, na Universidade de São Paulo. Dedicada à discussão teórico-metodológica, a primeira sessão do seminário reuniu um conjunto de pesquisadores que acabavam de concluir pesquisas sobre diferentes cadeias produtivas e confrontar os principais achados desses trabalhos. Entendíamos então que, ao redor desse tema, alinhava-se alguns dos resultados mais inovadores – em termos teóricos e metodológicos – no âmbito dos estudos do trabalho no Brasil, articulando mudanças no tecido industrial, nas relações industriais e nas identidades e práticas dos agentes das relações sociais no trabalho.

A dinâmica do seminário foi dada pela discussão de textos metodológicos, sintéticos e referentes: 1) aos achados das pesquisas de cada autor(a); 2) aos problemas teóricos e metodológicos que esses achados suscitavam; e 3) às questões que apontassem para a construção de uma nova agenda de pesquisa.

O objetivo foi “colocar na mesa” as nossas inquietações e/ou *insights* para, coletivamente, tratar de sistematizar novas conceitualizações e inovações metodológicas e dar lugar a novas confrontações teóricas e temáticas, buscando ângulos e perspectivas pouco explorados a partir de nossa experiência recente.

Vale destacar que os textos desta coletânea foram elaborados a partir de uma longa e frutífera convivência de pesquisa vivida pelos investigadores que os assinam, e refletem os diferentes olhares e experiências de pesquisa, indagando os limites e possibilidades tanto dos roteiros teórico-metodológicos utilizados como dos resultados obtidos.

O seminário foi organizado por meio da apresentação dos textos em duas mesas, seguidas cada uma delas dos comentários do professor Juarez Rubens Brandão Lopes e, finalmente, por um debate geral.

Tal como lembrado pelo professor Juarez, os textos têm por trás de si, embora nem sempre de maneira explícita, a preocupação com as implicações para o trabalho advindas do conjunto de transformações que vêm ocorrendo na estrutura industrial, associadas à difusão simultânea de novas tecnologias e de novos conceitos de produção. Mais que isso, eles partem da mesma indagação presente nos estudos fundadores da sociologia do trabalho no Brasil, ou seja, a que sociedade as transformações que ocorrem no âmbito do trabalho nos estão conduzindo?

Nesse sentido, é importante assinalar que o processo de globalização econômica em curso e o conjunto de transformações no mundo do trabalho têm impactado radicalmente a noção de modernidade que caracteriza os estudos clássicos da sociologia do trabalho brasileira. O conceito de modernidade desenvolvido nesses trabalhos e que, de certa forma, herdamos, quase inconscientemente, trazia consigo a noção de um mundo melhor; o “moderno” opunha-se, nesse sentido, ao “atraso” e vinha, assim, associado à idéia de que o desenvolvimento econômico nos estaria levando também ao desenvolvimento social, a um mundo melhor, mais igualitário e mais inclusivo.

O conjunto de transformações entendidas hoje como parte da modernidade representa uma ruptura com essa visão, na medida em que elas nos estão conduzindo a um mundo mais excludente e menos igualitário. A consciência dessa ruptura, já apontada por Horst Kern e Michael Schumann,¹ é uma questão que ressalta da leitura dos textos aqui apresentados. Nesse sentido, as implicações das transformações na organização industrial sobre o trabalho são a preocupação central que se encontra por trás de cada um dos textos apresentados, tendo o debate sobre a qualificação como um dos temas principais e as condições de trabalho de forma geral como pano de fundo.

As questões que eles suscitam e tematizam são, entretanto, inúmeras, tendo em vista a natureza metodológica do debate e o fato de

¹ Horst Kern & Michael Schumann, *La fin de la division du travail* (Paris: Maison de la Science des Hommes, 1989).

eles explicitarem inquietações e modos de fazer pesquisa que normalmente não aparecem nos artigos que costumamos publicar. São assim (re)visitadas e confrontadas diversas temáticas, tratando de articular as relações entre diferentes níveis de análise das mudanças (micro, meso e macro), abordando questões que vão do determinismo tecnológico e da interdisciplinaridade à construção de identidades no trabalho, passando pelas relações de gênero, trabalho domiciliar,* cooperativas de trabalho, o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), os cotidianos fabris, as privatizações de empresas estatais, os mercados e processos de trabalho, as trajetórias individuais no mercado de trabalho, a mobilidade ocupacional, as cadeias de *commodities* globais e formas de *economic governance*.

A variedade de setores analisados também é muito ampla: cadeia automotiva, calçadista, químico-petroquímica, eletrônica, de plásticos, complexo químico, indústria metal-mecânica, indústria do vestuário, bancos e comércio.

Embora vários textos tenham sido revisados para esta publicação, seus autores optaram por manter a discussão referida à pesquisa e à análise de cadeias produtivas estudadas no período 1995-1998. Dessa forma, esta coletânea tem um importante valor histórico, no sentido de registrar as perguntas e reflexões trazidas por essa postura metodológica no momento em que muitos pesquisadores começaram a utilizá-la de forma articulada e consistente. O registro dessa experiência é importante e procedente, seja no sentido de orientar novos projetos de pesquisa, seja no sentido de trazer à luz tanto problemas como soluções encontrados no decorrer do trabalho. Vale também destacar a diversidade de conclusões a que chegam os textos, ainda que partam de um recorte comum (o estudo de cadeias de produção) e de perguntas semelhantes (as implicações das transformações na

* A expressão “trabalho a domicílio”, consagrada na sociologia do trabalho para designar o conceito de trabalho realizado fora da empresa em condições de subcontratação, utilizada no texto original das autoras foi aqui substituída por “trabalho domiciliar”, de acordo com as normas gramaticais brasileiras. (Nota do editor.)

organização industrial sobre o trabalho), refletindo os diferentes “olhares” e “caminhos” percorridos.

Refazendo a trajetória da sociologia do trabalho brasileira, o texto de Nadya Guimarães recoloca antigos desafios e os ressignifica ao conferir-lhes novas abordagens. A autora relembra o deslocamento da atenção acadêmica, no final dos anos 1970, do eixo sindicatos–partidos–Estado para o âmbito da produção, “atraída pelo desejo de devassar a intimidade das fábricas” e de entender “as formas cotidianas de organização das relações sociais no trabalho e como elas forjavam uma experiência do assalariamento e da sujeição responsável por esculpir novos atores políticos”. Esse deslocamento tornou as estratégias gerenciais, as percepções de trabalhadores e as práticas sindicais “os ingredientes principais da análise”; e o processo de trabalho, “o novo *locus* de emergência das reivindicações sociais”.

Essa trajetória vai marcar os estudos iniciais dos processos de reestruturação industrial, caracterizados inicialmente por ter “o seu interesse dirigido para a análise das microssituações de mudança que se desencadeavam nas empresas em processo de ajuste técnico-organizacional”. Como observa Nadya, “a rigor, já estávamos nas fábricas quando novas formas de gestão tomaram de assalto os ambientes de trabalho”.

Nesse contexto, o desenho típico dos estudos dessa fase foi representado pelo estudo de caso, tomado quase sempre como o “estudo transversal do caso único”. Nadya Guimarães chama a atenção para o fato de que a relação de dominação era pensada como relação de grupos que se opunham (relações de classes) entre gerências e trabalhadores, minimizando as diversidades no interior de cada um deles, e sublinha a importância dos estudos feministas no sentido de alertar para a centralidade das diferenças entre trabalhadores. Da mesma forma, os estudos foram revelando que as estratégias gerenciais eram múltiplas e atendiam a objetivos variados que iam muito além do desejo ou necessidade de controle sobre os trabalhadores.

Foi nesse caminho de alargamento do olhar, seja sobre as práticas operárias, seja sobre as estratégias empresariais, que os estudos

transversais, de caso único, começaram a mostrar-se cada vez mais insuficientes, dando lugar a desenhos de tipo longitudinal e para “o estudo de firmas imersas em seu contexto de competição e alianças, para a análise de redes interfirmas”, estratégia que se revelou “de grande valor heurístico quando se enfrenta o desafio de identificar a maneira pela qual se combinam, na explicação, os determinantes contextuais e aqueles internos à própria organização”. Tempo e espaço reapareceram então como dimensões-chave que precisavam ser novamente reajustadas. Assim como havíamos passado da dimensão da macropolítica para a idéia de “cotidiano” e do desvendamento da micropolítica, encontramos, no final, uma nova equação de tempo e espaço no estudo longitudinal de firmas imersas em redes.

É a partir dessas reflexões que Nadya apresenta seu estudo sobre a cadeia química e petroquímica, sublinhando seu duplo olhar, dos mercados e dos locais/processos de trabalho, integrando ainda “o movimento das trajetórias dos indivíduos no mercado de trabalho”. Esse desenho metodológico permitiu à autora trabalhar com uma hipótese de pesquisa extremamente interessante, qual seja a de que “quanto mais homogêneo um tecido industrial, menor a chance de reinserção ocupacional dos trabalhadores desligados nas trajetórias de reestruturação das suas firmas de origem, preservando seu capital de qualificação”. Vale destacar o caminho percorrido e o fato de que esse desenho permite a integração da análise de estratégias e trajetórias de empresas, por um lado, e de estratégias e trajetórias de trabalhadores, por outro.

Já o artigo de Cibele Rizek, com base em pesquisa realizada também na cadeia petroquímica, discute o uso e a articulação de dados quantitativos e qualitativos, ou o “seu sentido”. Essa abordagem, utilizando o recorte cadeia produtiva, está focada no cruzamento das dimensões de gênero e qualificação profissional “no interior de um processo de transformações aceleradas que se articularam, em um primeiro momento, sob o título bastante genérico de reestruturação produtiva”.

Vale destacar que a pesquisa iniciou com o mapeamento da divisão sexual do trabalho, com base nos dados quantitativos. A idéia era detectar os segmentos da cadeia nos quais a presença de mulheres na

produção fosse mais significativa. Esse procedimento levou a pesquisadora às indústrias farmacêutica e de perfumaria, cosméticos e sabões, ou ao que ela denominou as “bordas” do complexo químico-petroquímico, tanto do ponto de vista de sua organização produtiva como do fato de terem sido muito pouco estudadas. A falta de conhecimento acumulado induziu a necessidade de mapear as características da força de trabalho desses segmentos. A partir desse mapeamento foram escolhidas as quatro empresas onde se realizou a pesquisa qualitativa, de análise das práticas e processos que configuravam cada uma delas e suas transformações relativas às experiências de trabalho, escolarização, treinamento e uso das qualificações dos trabalhadores.

O artigo está focado nesse ir-e-vir entre os dois tipos de dados e estratégias de pesquisa, apontando seus limites e complementaridade. Se, num primeiro momento, a análise dos dados quantitativos sugeriu a hipótese de um processo de masculinização da força de trabalho, embora os homens tivessem em geral um nível de escolaridade inferior ao das mulheres, o uso da pesquisa qualitativa permitiu verificar que essa hipótese é apenas parcialmente verdadeira, na medida em que as bases de dados utilizadas não permitem captar a grande quantidade de mulheres que, uma vez demitidas, têm voltado ao setor como trabalhadoras temporárias. Trata-se, nesse sentido, não de uma masculinização total do contingente necessário à produção, mas antes de um processo de precarização do trabalho feminino em contraponto a uma masculinização do vínculo contratual e mais permanente com a empresa.

O texto destaca também a necessidade de compreender os limites e as formas em que as bases de dados utilizadas foram construídas, e aponta o fato de que elas não permitem acompanhar o destino dos trabalhadores demitidos que não voltam ao mercado formal de trabalho. Constata-se, nesse caso, uma desapareição curiosa e múltipla: esses trabalhadores deixam de ser captados pelos dados relativos ao emprego formal, abandonam a empresa, não pertencem mais à categoria profissional e às suas esferas de representação sindical. A autora chama a atenção para o fato de que utilizamos ainda “categorias operacionais e conceitos debitários de uma ordem salarial recoberta por for-

mas contratuais para entender realidades que crescentemente escapam dessas mesmas formas”.

No que se refere ao tratamento dos dados qualitativos, a autora destaca a importância da interpretação e atenção ao processo de construção de significados, alertando para o fato de que as tramas narrativas articuladas na presença do entrevistador, as falas dirigidas a um outro, a construção do discurso e as imagens que se formam em seu interior “são fontes importantes para a apreensão dos fenômenos que se quer conhecer, desde que estes elementos não sejam desprezados”.

Trata-se de um processo rigoroso para que esses dados possam de fato elucidar os sentidos das situações investigadas. Seu uso pressupõe, portanto, uma escuta preparada, que induza a um processo de compreensão de sentidos e de formas de representação.

Conforme explicita a autora, o importante não é somente detectar o que os informantes revelam e refletir sobre isso, mas também para quem e como falam, como articulam suas palavras e como utilizam matrizes discursivas que dão forma a suas experiências: “Mais do que apenas a escuta e a transcrição das falas (em si mesmas interpretação), o contraponto com o trabalho de elaboração teórica é absolutamente imprescindível para que se possam detectar e nomear alguns achados de pesquisa”.

Essa postura metodológica permitiu captar a diversidade e perceber conflitos e contrapontos, sem os quais os pesquisadores poderiam perder algumas das dimensões mais interessantes da investigação.

O texto de Bila Sorj discute a diversidade de formas de trabalho domiciliar, que emergem associadas a processos de reestruturação, e nos ajuda a pensar as formas de regulação e de desregulação do trabalho. A autora utiliza um estudo de caso para refutar a idéia presente na literatura de que “o trabalho domiciliar como uma das modalidades de subcontratação apenas reproduziria, no novo contexto da reestruturação produtiva, o seu padrão histórico caracterizado por baixos salários e pela falta de proteção legal”.

Seu objetivo é mostrar que o trabalho domiciliar “pode ser uma atividade exercida por assalariados formalmente contratados” e que “este aparente paradoxo se deve às dificuldades de classificar o que se

encontra em mutação, combinando elementos intrínsecos à relação assalariada e outros estranhos à sua constituição”.

Utilizando o estudo de caso de uma empresa de um setor de atividade não-tradicional que utiliza o trabalho domiciliar no contexto de políticas de “qualidade total”, Sorj mostra que esse tipo de trabalho não implica relações informais, mas sim formas de assalariamento sob novas condições, já que, no caso estudado, “o deslocamento do trabalho para o domicílio não implicou a perda do *status* de assalariamento”. Conforme assinala a autora, a nova composição do salário passou a articular uma parte fixa com outra variável, baseada na produção de peças, “permitindo incluir na produção membros da família, que dificilmente alcançariam colocação no mercado de trabalho industrial, que oferece, em média, os melhores salários da região”.

Todas as funcionárias que haviam sido externalizadas para o trabalho domiciliar “eram assalariadas permanentes [da empresa], com contrato de trabalho, direitos trabalhistas e um salário fixo mensal, competitivo para o mercado local”, com direito a um acréscimo de 50% no valor das peças consideradas excedentes quando o aumento da demanda por parte dos clientes exigia aumento da produção.

O estudo sugere, portanto, uma hibridização entre trabalho formal/informal que expressa, de alguma forma, uma convergência de interesses entre empregadores e empregados e propõe o desenvolvimento de categorias mais amplas do que as da filiação e desfiliação propostas por Robert Castel,² que integrem as possíveis combinações entre formas de regulação e desregulação do trabalho.

O trabalho de Laís Abramo aponta que a necessidade de analisar a cadeia produtiva em seu conjunto decorreu, para a sociologia do trabalho, não só da necessidade de entender a articulação entre processo e mercado de trabalho diante da crescente magnitude dos problemas relativos ao desemprego como também do “fato de que os próprios atores sociais passaram a identificar-se e a articular-se nesse espaço” (como evidencia o exemplo da câmara setorial automotiva).

² Robert Castel, *As metamorfoses da questão social* (Petrópolis: Vozes, 1998).

Laís destaca a particularidade das cadeias existentes na América Latina, marcadas por uma grande assimetria de poder entre as empresas, pela fragilidade da regulação dessas relações e dos espaços de negociação existentes para a contratação dos processos de reestruturação produtiva e externalização. Ainda que esse modelo não seja o único, sua predominância tende a descarregar nas pequenas e médias empresas do final da cadeia os custos do processo de reestruturação.

Já a incorporação da perspectiva de gênero no estudo das cadeias analisadas, especialmente da cadeia automotiva, revela “a existência de um triplo processo de segmentação afetando negativamente as condições e as oportunidades da força de trabalho feminina”. A autora observa que as mulheres concentravam-se nos níveis inferiores da cadeia produtiva – em que há menos treinamento, e aquele que existe tem menor conteúdo técnico –, nas empresas cujos produtos têm menor conteúdo tecnológico e no interior das empresas “nas seções onde o trabalho se caracteriza por ciclos curtos e repetitivos, é pouco qualificado e pouco enriquecido, e as condições de trabalho são precárias (o que tem como consequência, entre outras, uma alta incidência de lesões por esforço repetitivo – LER)”.

O artigo de Alice Abreu e José Ricardo Ramalho, também estudando a cadeia automotiva, discute o uso dos conceitos de *global economic chains*,³ e de *economic governance* para analisar a implantação do novo pólo automotivo no Sul fluminense. O texto parte do conceito de Gary Gereffi sobre cadeias globais de produtos, segundo o qual os processos e segmentos no interior da cadeia global podem ser representados por nódulos, unidos em rede: “Cada nódulo sucessivo dentro de uma cadeia de produtos envolve a aquisição e/ou organização de insumos e de força de trabalho, o transporte, a distribuição e o consumo”.

³ Gary Gereffi, “Contending Paradigms for Cross-Regional Comparison: Development Strategies and Commodity Chains in East Asia and Latin America”, em Peter Smith (org.), *Latin America in Comparative Perspective: New Approaches to Methods and Analysis* (Boulder: Westview, 1995); “Competitividade e redes na cadeia produtiva do vestuário na América do Norte”, em *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, nº 6, São Paulo, Alast, 1998.

A análise de uma cadeia de produtos mostra como a “produção, distribuição e consumo são moldados pelas relações sociais que caracterizam os estágios sequenciais de aquisição de insumos, produção, distribuição, comercialização e consumo daquele bem”. Já o conceito de *economic governance* é entendido como “o quadro institucional no qual se desenvolve a atividade econômica”.

Para os autores, a vantagem da utilização do primeiro conceito para o estudo sociológico da reestruturação industrial está em introduzir uma dimensão internacional e permitir “ao pesquisador iluminar as relações entre o global, o regional e o local”, por incorporar ao seu quadro analítico a dimensão de poder (relações hierárquicas) e por ter como essencial a dimensão comparativa. No mesmo sentido, o uso do segundo conceito permite incorporar a análise de processos de institucionalização e mapear a atuação dos diversos atores sociais.

Esse enfoque, segundo os autores, tem permitido uma análise mais fina do processo de implantação e de crescimento da densidade institucional do pólo, com a instalação da Volkswagen e da PSA Peugeot-Citroën na região, com destaque para os papéis importantes que vêm assumindo instituições como o Senai, os políticos locais, a rede escolar e o sindicato local, e apontando para uma agenda de questões suscitadas por sua pesquisa.

Já o artigo de Afonso e Maria Tereza Fleury consiste em uma reflexão metodológica sobre o estudo de cadeias de produção que busca discutir suas potencialidades e limites, a partir dos passos seguidos em suas pesquisas. O texto parte da discussão de duas investigações realizadas com a finalidade de: 1) elaborar um diagnóstico para subsidiar um programa de uma instituição financeira governamental que buscava aumentar a produtividade do setor de plásticos; e 2) propor medidas de articulação da cadeia têxtil que levassem a patamares de produtividade mais elevados, medidas essas centradas na escolha de estratégias de formação de competências nessas cadeias de valor.

Dados o quadro da globalização produtiva e a presença crescente e relevante das empresas multinacionais, as questões que se apre-

sentavam aos autores diziam respeito às posições possíveis de serem ocupadas pelas empresas nacionais nas cadeias de valor, tendo em vista o perfil de competências que possuem, e às perspectivas para o seu desenvolvimento.

Para elucidar a metodologia utilizada, o texto explicita cada passo metodológico trilhado pelos autores nas duas pesquisas, como, por exemplo, a realização de múltiplos estudos de caso em empresas situadas em diferentes elos da cadeia de valor; e a definição dos aspectos organizacionais e especialmente das questões sobre relacionamento e interdependência entre empresas, como temas principais a serem trabalhados na pesquisa de campo.

Embora alertem para algumas limitações do recorte de cadeia (como, por exemplo, as dificuldades que ele impõe ao uso de *surveys*), Afonso e Tereza concluem que a metodologia apresenta aspectos importantes para uma agenda de pesquisa, destacando, por um lado, o fato de o diagnóstico da cadeia produtiva possibilitar uma compreensão mais clara da realidade das empresas e das suas conexões nacionais e internacionais, assim como uma compreensão das relações de poder (relações de *governance*) no interior da cadeia e, por outro lado, o fato de o estudo de caso de uma cadeia propiciar uma visão mais dinâmica da realidade.

O artigo de Roberto Ruas e Paulo Antônio Zawislak trata do processo de externalização em empresas calçadistas do Rio Grande do Sul e suas implicações para o emprego e a qualificação, a partir de uma comparação com o setor automotivo. Segundo os autores, enquanto a externalização no setor automotivo estaria construindo redes horizontais de empresas, o que gera exigências em termos de competências organizacionais, o complexo calçadista vem demonstrando certa ambigüidade diante do novo. Por um lado, tanto por seus vínculos com o mercado internacional como pelo fato de constituir um pólo produtivo relativamente integrado, o setor vem desenvolvendo “configurações avançadas e vantagens competitivas bastante significativas diante de seus concorrentes”. Por outro, o complexo calçadista continua sustentado por um processo produtivo cujos gargalos ainda são tipicamente

artesanais e as operações organizadas, sobretudo, na base do trabalho individual e da baixa qualificação.

Quanto à externalização, embora o processo passe a apresentar uma lógica mais sistêmica a partir dos anos 1990, também aqui ele é marcado por ambigüidades “entre o que seria representativo de configurações produtivas mais avançadas, associadas a formas próprias de uma organização industrial mais rudimentar”. Essas ambigüidades se refletem na qualificação dos trabalhadores: ainda que haja maior demanda por escolaridade, ela é muito mais restrita no complexo calçadista, quando comparado ao automotivo: poucas empresas promovem programas de treinamento, e são muito escassas as iniciativas de incentivo à escolarização.

Centrando-se também na discussão sobre trabalho e qualificação, o texto de Elida Liedke organiza sua reflexão em torno da experiência de dois projetos de pesquisa: “Novas tecnologias e inserção profissional” e “Pesquisa de acompanhamento dos egressos do PEQ-RS”.⁴

A primeira pesquisa – baseada em estudos de caso realizados nos setores bancário, químico, metal-mecânico e do vestuário – revelou que “a elevada competição entre as empresas nos seus mercados de produtos vem conduzindo à adoção de práticas gerenciais mais rigorosas de seleção de pessoal”. Tais tendências, entretanto, não são unívocas entre os vários setores, nem mesmo entre as empresas de um mesmo setor. Assim, em setores ou empresas onde os avanços organizacionais e tecnológicos são maiores, também a escolaridade e os treinamentos técnicos concorrem de forma mais evidente para o estabelecimento de padrões altamente diferenciadores de oportunidade de trabalho. Esse padrão tende a ser mais difundido nos bancos, na indústria química e petroquímica e, ainda que com menor grau de diversidade, na indústria metal-mecânica. Entretanto, nas empresas menos avançadas no processo de reestruturação ou que trabalhem com produtos pouco sofisticados em termos tecnológicos, como na

⁴ O PEQ, Plano Estadual de Qualificação, faz parte do Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), do Ministério do Trabalho e Emprego.

indústria do vestuário e no comércio, são mais enfatizadas as habilidades sociocomportamentais, com menor preocupação com o nível de escolaridade. No que se refere à divisão sexual do trabalho, a autora encontrou maior concentração de homens nos setores mais modernizados e que vêm exigindo maior nível de escolaridade e qualificação técnica, como a indústria química e petroquímica e a metal-mecânica; e de mulheres nos setores menos avançados, como os do vestuário e do comércio, embora não se possa esquecer que os bancos – setor altamente modernizado – apresentam-se como exceção a essa regra, dada a grande concentração de pessoal feminino aí encontrada.

Já no que se refere à avaliação dos egressos do PEQ, a pesquisa revelou a obtenção de benefícios quanto ao crescimento da ocupação e à diminuição do número de desempregados entre o momento de realização do curso e o da pesquisa de acompanhamento, cabendo destaque ainda ao crescimento dos vínculos empregatícios legalizados. A pesquisa evidencia, entretanto, desafios importantes, como o fato de os egressos já empregados antes do curso não obterem melhorias salariais com sua realização, e o fato de que se mantém restrita, ainda que em via de incremento, a utilização pelos usuários dos programas do PEQ, dos demais recursos constitutivos da Política Pública de Emprego e Renda, como o seguro-desemprego, os programas de crédito para os microempreendedores, bem como os de intermediação de mão-de-obra.

A autora aponta a complementaridade das informações obtidas nos dois projetos para o refinamento da análise e sublinha que: 1) no primeiro estudo, a abordagem focada nos locais de trabalho, no formato de estudos de caso em empresas, baseados em entrevistas narrativas, permitiu, do ponto de vista da pesquisa social, a apreensão detalhada das relações de trabalho “em processo”; 2) já no segundo estudo, os ganhos metodológicos expressaram-se na apreensão das possibilidades e limites da política pública de qualificação profissional, a partir dos depoimentos dos egressos e de seus empregadores. Nesse caso, destaca Elida, “o esforço de acompanhar as trajetórias dos usuários dos programas e cursos – em um primeiro momento como alunos e,

posteriormente, na condição de egressos – revelou-se uma proveitosa estratégia de pesquisa”.

A autora assinala também a importância do que chamou de um “ambiente de laboratório”, criado pela equipe durante a realização dos dois projetos, estabelecendo condições propícias não só para a realização das atividades rotineiras como também para a reflexão e a elaboração da análise e sistematização dos resultados.

O texto de Leda Gitahy retoma a relação entre o tempo e o espaço e o sentido das ressignificações, tanto para os pesquisadores como para os atores concretos de processos de reestruturação. O trabalho destaca que “o processo de difusão do que costumamos chamar de ‘inovações tecnológicas e organizacionais’ na indústria brasileira já está completando vinte anos” e que, ao longo das últimas duas décadas, assistimos a um complexo processo social de ensaio e erro e de mudanças sucessivas no interior das empresas, tanto no que se refere à extensão, características e profundidade das inovações tecnológicas e organizacionais adotadas como na percepção sobre sua natureza e significado por parte dos atores. Atores esses que, conforme alerta Leda Gitahy, “não são os mesmos: hoje entrevistamos novas gerações de gerentes, engenheiros e trabalhadores, e muitos dos nossos entrevistados dos anos 1980 já se aposentaram ou foram despedidos”.

O artigo faz um balanço dos efeitos sociais desse processo, sublinhando o aumento da produtividade associado à redução do emprego, elevação das barreiras de entrada no mercado de trabalho (requisitos de qualificação) e aumento da carga de trabalho e do estresse (provocando epidemias de LER/ Dort), redução de salários e benefícios. Esse quadro gera, por um lado, enorme insegurança em todos os atores envolvidos, que internalizam o discurso da “empregabilidade”, e, por outro, “tem aumentado o relacionamento das empresas com diferentes instituições localizadas nas regiões estudadas”.

Ao tratar de recuperar os nexos entre as mudanças das práticas cotidianas e as transformações na trama produtiva (ou seja, o micro e o macro), a autora ressalta, por um lado, a necessidade de resgatar “o uso dos termos e seu significado para os atores de processos concretos

de reestruturação” e, por outro, a de um “esforço de convergência ou, pelo menos de comunicação, com um conjunto mais amplo de disciplinas que se dedicam ao campo dos estudos do trabalho”. Em outras palavras, faz-se necessário não só um esforço metodológico de “tradução”, ou de “saber ouvir”, igualmente apontado por Cibeles Rizek, como também de superar um dos problemas básicos da ciência moderna apontados por Edgar Morin,⁵ ou seja, “sua dificuldade de pensar a si mesma devido à eliminação por princípio do sujeito observador, experimentador e conceitor da observação, eliminando o ator real (cientista, homem, intelectual, inserido numa cultura, numa sociedade e numa história)”.

Nesse sentido, é preciso enfrentar, no cotidiano de nosso trabalho, “as dificuldades de nosso duplo papel de estudiosos e de atores desse processo de transformação (do qual nem sempre estamos conscientes)” e de trabalhar “com um material no qual se misturam não só as nossas percepções e expectativas, como as dos nossos entrevistados”. Leda destaca que a vantagem “dos estudos sobre redes e cadeias produtivas, estruturas de *governance* e demais caminhos que passamos a trilhar nos últimos anos é que eles nos têm propiciado diversos exercícios e desenhos de pesquisa, que nos permitem identificar, mapear e mesmo hierarquizar um conjunto muito amplo de relações sociais e econômicas”, e descrever seus processos de institucionalização. Mas que o risco é utilizar esses conceitos de forma reificada. Em nosso campo e na nossa sociedade, adverte a autora, é quase natural e inconsciente a reificação do “novo” e do “mais” como sinônimo de bom e de positivo, o de “primeiro mundo” como mais avançado, “o de ‘especialização flexível’ e ‘distritos industriais’ como modelos a serem perseguidos, e mesmo chamar de novas institucionalidades fenômenos que sempre estiveram lá e que nossas perspectivas teóricas e recortes nos impediam de enxergar”.

O artigo de Marcia Leite parte da constatação de que os estudos sobre o trabalho e suas distintas formas de interpretação têm se multi-

⁵ Edgar Morin, *Ciência com consciência* (Lisboa: Europa-América, 1982).

plicado para tentar recuperar a complexidade da realidade, que, de acordo com a autora, apenas uma visão mais sistêmica, menos determinista e interdisciplinar permite compreender. À semelhança do estudo de Leda Gitahy, o texto sublinha a importância de uma visão multidisciplinar, destacando as diferentes contribuições que as distintas áreas do conhecimento vêm promovendo para a análise do trabalho.

Segundo a autora, essa postura teórico-metodológica acabou promovendo a mudança de foco, já apontada em vários dos artigos anteriores, das empresas líderes, para a cadeia em seu conjunto. É ela também que vem sendo responsável por uma visão menos determinista, que entende que “em vez de uniformizar as estruturas produtivas nas várias regiões do mundo, o processo de internacionalização do capital pressupõe formas de inserção diferenciadas dos países na economia global”. A autora destaca ainda que essa postura teórica busca evitar a unidimensionalidade, partindo do suposto de que uma visão pluridimensional exige que se leve em conta a visão dos vários atores envolvidos no processo produtivo. E, por último, ela revela experiências novas, de enorme importância para a discussão sobre o futuro da sociedade, as quais dizem respeito à criação de novas institucionalidades relacionadas ao trabalho que apontam para novas formas de regulação social. Leite destaca, nesse sentido, a experiência da Câmara Regional do Grande ABC e sua importância, menos pelas conquistas que vem conseguindo efetivar do que pela proposta que ela encerra de reconstrução do espaço público e de novas formas de regulação e governabilidade.

O estudo conclui que nesse processo de debate com outras disciplinas, de abandono do determinismo, de busca da complexidade, a sociologia do trabalho foi também se distanciando das visões quase sempre polares que marcaram os primeiros estudos sobre o tema, evoluindo para um quadro muito mais rico e complexo, capaz de captar tanto as tendências de enriquecimento como as de precarização do emprego e do trabalho que afetam os diferentes setores da mão-de-obra. Nesse processo, a sociologia do trabalho logrou não só reen-

contrar suas antigas preocupações sobre as implicações que as transformações que vêm ocorrendo na esfera do trabalho têm para a sociedade como também vem sendo capaz de evidenciar experiências inovadoras no mundo do trabalho, identificadas como criadoras de novas institucionalidades e portadoras de novas potencialidades.

Finalmente, gostaríamos de destacar a importância deste conjunto de artigos para repensar não só as nossas práticas de pesquisa, como também para a tentativa de uma reflexão sistemática e de busca de sentido ou de sentidos para uma sociedade em intenso ritmo de transformação. Em outras palavras, para a tentativa de uma reflexão que nos permita vislumbrar que futuros se nos avizinham em meio a tantas transformações.